



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002514-35.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Clestiano Maurilio Prado**
 Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Clestiano Maurilio Prado propôs a presente ação contra o banco réu Bradesco S/A, alegando, em síntese, que seu nome foi negativado por suposta dívida em aberto no montante de R\$ 539,70, sem comunicação prévia nos termos das normas do Código de Defesa do Consumidor, o que torna o valor negativado arbitrário, ilegal, além de inexigível pela ausência de base causal. Ao final, requer o cancelamento da negativação, a condenação do réu no pagamento de indenização por danos morais no montante de 30 vezes o salário mínimo vigente e a aplicação da súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, por tratar-se de responsabilidade extracontratual.

O banco-réu, em contestação de folhas 26/37, alega, em síntese, que o autor possuía junto a ele uma conta normal, com cheque e limite, e que foi o próprio autor quem firmou o contrato de empréstimo pessoal. Afirma também que, não obstante a utilização do valor financiado, o autor não quitou as parcelas, tornando-se inadimplente. Aduz que não tem o dever de indenizar porque não praticou nenhuma conduta ilícita e que não estão presentes os requisitos legais para a concretização do evento danoso. Ao final, requer sejam julgados improcedentes todos os pedidos formulados pelo autor.

Ausente a réplica.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, orientando-me pelos documentos carreados aos autos, artigo 396, ambos do Código de Processo Civil.

1002514-35.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Improcede a causa de pedir. Explico.

O autor sustenta que a dívida é arbitrária, ilegal e inexigível. Nesse contexto, não há como exigir a prova de fato negativo, ou seja, a de que não contratou com o réu, cabendo à este, portanto, o ônus de provar que houve realmente a referida contratação, ônus do qual inteiramente se desincumbiu, instruindo os autos com os documentos necessários.

Em contestação, o réu juntou aos autos documentos que comprovam que o autor mantinha conta corrente junto ao banco réu em meados de 30/04/2012, data em que foi feita a última atualização do sistema do banco (**confira folhas 41**).

Não obstante isso, também instruiu os autos com a Cédula de Crédito Bancário de nº. 146.009.372, que comprova que o autor realizou, junto ao banco-réu, em 25/05/2009, um empréstimo no valor de R\$ 2.542,33, em 24 parcelas de R\$ 269,85, sendo a primeira com vencimento em 08/06/2009 e a última em 08/05/2011 (**confira folhas 42/45**).

Instrui os autos, também, o holerite que provavelmente foi solicitado ao autor por ocasião de comprovação de renda para a liberação do valor do empréstimo (**confira folhas 40**).

Posteriormente à contratação, então, o autor deixou de quitar pelo menos 02 das 24 parcelas do financiamento contratado, o que fez surgir ao réu o direito de protestar estas parcelas inadimplidas que, somadas, totaliza R\$ 539,70 (**confira folhas 15**).

Ademais, eventual comunicação acerca da inscrição deve ser feita pelo órgão mantenedor dos cadastros de restrição ao crédito.

Nesse sentido:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

9226929-89.2007.8.26.0000 DECLARATÓRIA Retirada de nome de cadastros c/c indenização por danos morais Ausência de notificação prévia Responsabilidade do órgão apontador Dívida não negada Restrições posteriores legítimas Dano moral inexistente. A responsabilidade pelo envio de notificação da restrição cadastral é do órgão mantenedor. Ilegitimidade da instituição financeira reconhecida. Dívida não negada. Restrições posteriores legítimas. Recurso não provido (Relator(a): Andrade Marques; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 22ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 12/01/2012; Data de registro: 13/01/2012; Outros números: 7166235400)

Prozada a contratação entabulada entre autor e réu e a existência de uma causa palpável à negativação, oriunda deste contrato, de rigor a rejeição dos pedidos de cancelamento da negativação e de condenação do réu no pagamento de indenização por danos morais no montante de 30 vezes o salário mínimo vigente, bem como de aplicação da súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça, por se tratar de responsabilidade extracontratual.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno o autor ao pagamento custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, a fim de não aviltar o nobre exercício da advocacia. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Deve ser considerado bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”. Sobre os honorários incidirá a correção monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se, ainda, os benefícios da gratuidade processual. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

São Carlos, 31 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**